



No título: “ A revolta das Plantas do Futuro #12”

(Técnica: Tinta acrílica s/ papel)

Créditos: Margarida Andrade, nasceu em Ponta Delgada, São Miguel, em 1996. É licenciada em Belas-Artes – Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, com ERASMUS na Cardiff School of Arts and Design, Cardiff Metropolitan University, Reino Unido, e é Mestre em Artes Visuais e Educação pela Facultad de Bellas-Artes de la Universitat de Barcelona.

Cortesias: Galeria Fonseca Macedo

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[A UE e a Austrália reforçam as suas relações através de uma Parceria em matéria de Segurança e Defesa e de um Acordo Comercial](#)

[Acordo UE-Mercosul a aplicar a título provisório a partir de 1 de maio de 2026](#)

[34,6 mil milhões de euros em fundos da política de coesão reafectados para dar resposta às prioridades estratégicas da UE](#)

[Mortes na estrada na UE diminuem 3 % em 2025](#)

[Comissão lança nova estratégia para combater a ameaça crescente de incêndios florestais](#)

[Comissão apresenta programa de 115 milhões de euros para a inovação ágil e rápida no domínio da defesa \(AGILE\)](#)

[Mercado de serviços entre países: esforços da UE ficam-se pelo meio-gás](#)

[Comissão toma medidas para assegurar a transposição completa e atempada das diretivas da UE](#)

[Bruxelas: Comités não verificam se as suas opiniões mudam as leis](#)



30 de março



Conselho (Agricultura e Pescas), 30 de março de 2026

Os ministros trocarão pontos de vista sobre a transição energética nos setores das pescas e da aquicultura da UE, bem como sobre a agricultura e o setor alimentar. Os ministros da Agricultura debaterão também questões relacionadas com o comércio e a evolução recente da situação.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

Até 31 de março



Garantias estatais – Revisão da Comunicação relativa às garantias: convite à apreciação de contributos

A Comunicação relativa às garantias define a abordagem da Comissão em matéria de auxílios estatais concedidos sob a forma de garantias.

A recente avaliação da comunicação realizada pela Comissão revelou que existem alguns domínios a melhorar, sendo necessário, nomeadamente: assegurar a conformidade dos prémios de garantia com o mercado; assegurar uma maior coerência com outras regras em matéria de auxílios estatais; e, simplificar a comunicação de informações, reduzindo assim os encargos administrativos para os Estados-Membros.

Pode apresentar os seus comentários até ao dia 31 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 1 de abril



Orientações sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» no âmbito do quadro financeiro plurianual 2028-2034

Esta iniciativa consiste em orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» no próximo quadro financeiro plurianual, se viável e adequado e em conformidade com o princípio da proporcionalidade. A adoção das presentes orientações é exigida nos termos do artigo 5.º da proposta de regulamento que estabelece um quadro de acompanhamento das despesas orçamentais e de desempenho.

Pode apresentar os seus comentários até ao dia 1 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".



Estratégia da UE para as ilhas

As ilhas da UE têm um grande potencial de desenvolvimento, mas enfrentam também desafios estruturais relacionados com a sua insularidade, incluindo a vulnerabilidade económica e as pressões demográficas, que lhes limitam a sua capacidade de crescimento sustentável e resiliência. A estratégia visa estabelecer um quadro estratégico comum para o desenvolvimento das ilhas, norteando a ação da UE e permitindo aos Estados-Membros orientarem de forma mais eficaz a programação e a execução das políticas nacionais, a fim de aproveitarem as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 1 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 2 de abril



Mercado único — pôr termo a restrições territoriais injustificadas à oferta: período para apresentação de comentários

As restrições territoriais à oferta são limitações impostas por certos grandes fabricantes para dificultar ou impedir que os retalhistas comprem produtos num país da UE e os revendam noutro. Essas restrições fragmentam o mercado único, limitam a escolha dos consumidores e contribuem para disparidades de preços significativas na UE para os bens de consumo correntes.

A estratégia para o mercado único, adotada em maio de 2025, anunciou instrumentos para lutar contra essas práticas em situações que não são abrangidas pelo direito da concorrência.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 2 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 3 de abril



Ato legislativo sobre a habitação a preços acessíveis

A crise da habitação na UE é particularmente acentuada em algumas cidades e pontos de atração turística, onde o arrendamento de curta duração pode intensificar a concorrência por um parque habitacional limitado.

A Comissão proporá uma nova iniciativa para: ajudar as entidades públicas a identificar quando uma zona pode ser considerada sob pressão habitacional; proporcionar segurança jurídica quanto às medidas justificadas e proporcionadas que as autoridades podem tomar para proteger temporariamente os mercados da habitação; e, identificar soluções a mais longo prazo para aumentar a oferta de habitação.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 3 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 4 de abril



Segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais — Pacote Omnibus Simplificação

Esta iniciativa visa aumentar a competitividade dos agricultores da UE e da indústria dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, bem como reduzir os encargos administrativos para as autoridades dos Estados-Membros relacionados com as autorizações de introdução no mercado dos produtos.

A iniciativa irá: acelerar o acesso das substâncias e dos produtos de controlo biológico ao mercado da EU e simplificar e clarificar os requisitos regulamentares em matéria de produtos fitofarmacêuticos, produtos biocidas, aditivos para a alimentação animal,

higiene dos géneros alimentícios e controlos oficiais, bem como outras medidas destinadas a simplificar a legislação alimentar da UE.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Ato legislativo sobre biotecnologia

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

Pode apresentar os seus comentários em relação ao ato adotado até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 6 de abril



Política Agrícola Comum 2023-2027 – avaliação intercalar

Desde 1962, a política agrícola comum (PAC) tem sido uma pedra angular da política da UE, apoiando os agricultores e garantindo a segurança alimentar da Europa.

A avaliação intercalar analisará os primeiros resultados da PAC 2023-2027. Avaliará os progressos realizados na consecução dos seus objetivos associados aos objetivos partilhados da UE em prol da sustentabilidade social, ambiental e económica da agricultura e das zonas rurais.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 6 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 9 de abril



Proposta de Recomendação do Conselho sobre a Luta contra a Exclusão Habitacional

A iniciativa tem por objetivo: apoiar as pessoas vulneráveis em situações de habitação precária e prevenir e resolver o problema dos sem-abrigo.

Visará promover a conceção e a execução de políticas baseadas numa abordagem centrada nas pessoas, orientada para a habitação e integrada.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 9 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).



Iniciativa para o Reforço da Garantia Europeia para a Infância

A Garantia Europeia para a Infância visa promover a inclusão social das crianças necessitadas, proporcionando-lhes acesso livre e efetivo a: acolhimento; educação (incluindo atividades em contexto escolar e refeições); cuidados de saúde; alimentação saudável; e, habitação adequada.

Dada a persistência da pobreza infantil, a comunicação delineará ações para reforçar a Garantia Europeia para a Infância, apoiando a sua aplicação a nível nacional e local e melhorando o acesso das crianças necessitadas a serviços essenciais.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)" decorre até ao dia 9 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 10 de abril



Estratégia da UE para o setor pecuário

Em 2026, a Comissão apresentará uma estratégia para o setor pecuário que incluirá elementos sobre o bem-estar dos animais, visando ajudar este setor a tornar-se resiliente a crises, competitivo a nível mundial e plenamente sustentável, e a refletir a diversidade territorial europeia.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)” decorre até ao dia 10 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).



Sistema europeu de comunicações críticas: consulta pública

As equipas de primeira intervenção (agentes de polícia, bombeiros e serviços de intervenção de emergência) não podem utilizar facilmente os seus rádios e os telemóveis inteligentes quando colaboram com colegas de outros Estados-Membros para além das suas fronteiras.

O Sistema europeu de comunicações críticas ligará os sistemas de comunicação das equipas de primeira intervenção da UE e do espaço Schengen, o que facilitará, nomeadamente, as suas operações de salvamento e contribuirá para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da UE.

O período de consulta pública decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 10 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 16 de abril



Diga-nos o que pensa sobre: Quadro legal de eficiência energética pós-2030

A iniciativa visa garantir que a eficiência energética contribua para a realização da meta climática da UE de 90% de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2040 de forma custo-eficiente e fortalecer a competitividade da UE assegurando energia acessível e limpa para os cidadãos e a indústria europeia. A legislação existente está direcionada ao cenário de descarbonização de 2030, pelo que não seria suficiente para atingir este objetivo; portanto, é necessário criar um quadro de eficiência energética para o enquadramento legal pós-2030.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)” decorre até ao dia 16 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).



Diga-nos o que pensa sobre: Quadro legal de energia renovável pós-2030

A iniciativa visa garantir que a energia renovável contribua para alcançar a meta climática da UE de -90% de emissões de gases com efeito de estufa até 2040 de forma economicamente eficiente e fortalecer a competitividade e a independência energética da UE, assegurando energia fiável, a preços competitivos e descarbonizada para os cidadãos e a indústria europeia. A legislação existente destina-se ao cenário de descarbonização para 2030, pelo que não seria suficiente para atingir este objetivo; portanto, é necessário estabelecer o quadro da energia renovável para a década seguinte

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)” decorre até ao dia 16 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 17 de abril



Estão abertas as candidaturas para o Programa Jovens Políticos Eleitos 2026

O próximo convite à apresentação de candidaturas decorrerá até ao dia 17 de abril de 2026, convidando os jovens dirigentes locais e regionais a aderirem a uma das redes políticas da juventude mais dinâmicas da UE.

Pode encontrar mais informação [aqui](#), incluindo o acesso ao formulário de candidatura.

Até 19 de abril



Consulta específica sobre a competitividade do setor bancário da UE

Esta consulta contribuirá para o relatório de 2026 da Comissão sobre a competitividade do setor bancário da UE, que faz parte da estratégia da União da Poupança e do Investimento.

A presente consulta está aberta a um vasto leque de partes interessadas no funcionamento e na competitividade do setor bancário da UE e no mercado único bancário.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta consulta e como poderá participar na mesma.

Até 22 de abril



Diretiva Denúncia de Irregularidades - avaliação

Nos termos do artigo 27.º, n.º 3, da Diretiva Denúncia de Irregularidades, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório em que seja avaliado o impacto da legislação nacional de transposição da diretiva.

Esta iniciativa avaliará se as regras estão a funcionar como previsto e examinará os domínios em que poderão ser necessárias medidas suplementares ou alterações.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 22 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 23 de abril



Comissão convida a apresentar observações sobre o projeto de novo regulamento geral de isenção por categoria relativo aos auxílios estatais

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre o projeto de regulamento [geral de isenção por categoria \(RGIC\)](#) mais simples e simplificado. O RGIC define categorias específicas de auxílios estatais como compatíveis com as regras da UE, se preencherem determinadas condições, e isenta-as de notificação prévia e de aprovação pela Comissão. Tal permite que os Estados-Membros prestem rapidamente auxílios se estiverem preenchidas as condições que limitam a distorção da concorrência no mercado único.

A Comissão convida os Estados-Membros e todas as outras partes interessadas a apresentarem as suas observações sobre o projeto até 23 de abril de 2026. Para além da consulta agora lançada, o projeto de proposta será debatido em reuniões entre a Comissão e os Estados-Membros. A consulta pública terminará em 23 de abril de 2026. A adoção do RGIC revisto está prevista para o final de 2026, antes de o atual RGIC expirar em 31 de dezembro de 2026.



Promoção dos produtos agrícolas

A Comissão Europeia cofinancia e também organiza diretamente campanhas e eventos para promover os produtos agrícolas da UE em todo o mundo. Esta ação é realizada sob o lema «Enjoy, it's from Europe» (Aproveite, é da Europa), que visa sensibilizar para os esforços envidados pelos agricultores europeus para produzir produtos de qualidade. Estas atividades promocionais contribuem para reforçar a sua visibilidade nos mercados da UE e internacionais, em conformidade com a política de promoção [da UE](#).

O período para apresentação de candidaturas decorre até ao dia 23 de abril de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação.

Até 26 de abril



Prémios europeus da produção biológica 2026: o melhor da agricultura biológica da UE

A 5.ª edição dos Prémios Europeus da Produção Biológica [está agora aberta a candidaturas](#) até 26 de abril de 2026. Estes prémios celebram líderes na cadeia de valor biológica que desenvolvem projetos inspiradores que melhoram a produção e o consumo de alimentos biológicos. Os vencedores deste ano serão celebrados na cerimónia de entrega dos prémios no Dia Biológico da UE, 23 de setembro, em Bruxelas.

Os prémios europeus da produção biológica são organizados conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo Comité Económico e Social [Europeu](#), pelo Comité das Regiões [Europeu](#) e pelo [COPA-COGECA](#) e [IFOAM Organics Europe](#), com a participação do Parlamento Europeu e do Conselho na avaliação.

Serão atribuídos sete prémios em seis categorias: melhor agricultor biológico (feminino e masculino); melhor região/biodistrito biológico; melhor cidade em produção biológica; melhor PME de transformação de alimentos biológicos; melhor retalhista de alimentos biológicos; e, melhor Restaurante/Serviço de Comida Biológico.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre quem e como se pode candidatar.

Até 27 de abril



Consulta específica sobre as saídas de participações privadas

A presente consulta pretende explorar formas de facilitar aos investidores em empresas privadas a venda das suas participações.

Os principais destinatários da consulta são os investidores em participações privadas, em especial os fundos de participações privadas e os fundos de capital de crescimento, bem como as empresas privadas. Outras partes interessadas podem incluir empresas, autoridades públicas e autoridades de supervisão.

O objetivo da consulta é recolher dados sobre eventuais obstáculos ou questões à saída dos investimentos em participações privadas na UE, os méritos e as possíveis características de conceção de uma plataforma de negociação secundária de ações de empresas privadas, bem como os méritos de uma utilização alargada dessa plataforma para mobilizar novos capitais próprios.

As respostas devem ser enviadas através do questionário em [linha](#).

28 a 30 de abril

Preparação para os convites à apresentação de propostas LIFE 2026

Prevê-se que os convites à apresentação de propostas LIFE 2026 sejam publicados em 21 de abril de 2026. A CINEA organizará os dias de informação #EULIFE26 em linha, para apoiar potenciais candidatos.

Os dias de informação [LIFE 2026](#) terá lugar em linha de terça-feira, 28 de abril, a quinta-feira, 30 de abril. As inscrições serão abertas no dia 2 de março. Estas sessões destacarão os temas prioritários para 2026, fornecerão informações sobre os quatro subprogramas LIFE e prestarão aconselhamento sobre a forma de preparar uma boa proposta.

O evento será transmitido em direto e as perguntas serão respondidas em direto via slido.com.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 30 de abril

Plano de Ação da UE para a Igualdade de Género e a Capacitação das Mulheres na Ação Externa da UE (GAP IV)

Mais de 30 anos depois da adoção da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim, as conquistas tão arduamente conseguidas em matéria de direitos humanos das mulheres estão a ser postas em causa em todo o mundo, a uma escala sem precedentes, por regimes autoritários e movimentos antidireitos.

Os cortes de financiamento dos doadores contribuem para o agravamento da situação, causando grandes retrocessos. O plano de ação GAP IV tem como objetivo definir a visão da UE para a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres como uma prioridade estratégica em todas as ações externas, num ambiente mundial cada vez mais fragilizado.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)" decorre até ao dia 30 de abril (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de maio

Comissão anuncia 60 milhões de euros ao abrigo do programa Europa Criativa para promover a cooperação nos setores culturais e criativos

A Comissão Europeia publicou o convite à apresentação de projetos de cooperação europeia de 2026 no âmbito do [programa Europa Criativa](#), o programa emblemático da UE para os setores culturais e criativos.

Com um orçamento de 60 milhões de euros, o convite à apresentação de propostas apoiará cerca de 150 projetos que realizam uma vasta gama de atividades culturais e criativas, promovendo, nomeadamente, a cooperação transfronteiriça, o reforço das capacidades, o talento artístico e as práticas inovadoras. Estes projetos envolverão artistas e organizações de todos os setores da vertente cultural do programa Europa Criativa, incluindo teatro, dança, música, património, arquitetura, literatura, design e moda.

Os candidatos dos países que participam no programa Europa Criativa têm até 5 de maio de 2026 para apresentar as suas propostas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre os procedimentos de candidatura e os critérios de elegibilidade.

Até 6 de maio

Revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas: consulta pública

A avaliação e a eventual revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas respondem aos apelos das partes interessadas, que apontam para ineficiências na interação entre as empresas, os seus acionistas e os intermediários. O objetivo é tornar mais fácil e mais barato investir e operar em todo o mercado único.

Este quadro simplificado será complementado por outras medidas destinadas a combater a fragmentação do mercado de capitais da UE e a promover a competitividade e o crescimento.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 6 de maio de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

21 e 22 de maio



Dia Europeu do Mar (EMD)

O EMD 2026 terá lugar nas instalações do Carob Mill na cidade velha de Limassol: Carob [Mill Restaurants – Ultimate Dinning Experience \(em inglês\)](#). Este espaço de eventos, onde decorrerão as sessões de alto nível, a exposição e parte dos workshops, será combinado com 2 espaços de eventos muito próximos (para workshops).

O EMD é a ocasião para prestar homenagem à «Europa marítima» e colocar todos os setores e atividades marítimas no centro das atenções, a fim de ajudar os cidadãos europeus a compreender o alcance real e a variedade das atividades relacionadas com o mar em curso na Europa e provocar uma reflexão sobre o papel crucial que os mares desempenham na nossa vida quotidiana.

É o evento anual durante o qual a comunidade marítima da Europa se reúne para estabelecer redes, debater e delinear ações conjuntas em matéria de assuntos marítimos e economia azul sustentável.

O EMD 2026 é organizado pela Comissão Europeia, pelo Ministério Adjunto dos Transportes Marítimos da República de Chipre e pelo Município de Limassol.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 12 de junho



Consulta Pública: Quadro legal da energia renovável pós-2030

O objetivo da presente consulta é recolher dados concretos, informações, dados e observações sobre a forma como as FER podem ser promovidas após 2030, com vista a determinar que ação adicional da UE é necessária para alcançar os objetivos de 2040 e não só.

Todos os indivíduos e organizações podem participar neste convite à apresentação de contributos e responder à consulta pública.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) com a resposta a um questionário.



Consulta Pública: Quadro legal de eficiência energética pós-2030

A presente consulta visa recolher elementos de prova, informações, dados e observações aprofundados e de elevada qualidade das partes interessadas sobre o desempenho da Diretiva Eficiência Energética e a potencial estrutura do quadro de eficiência energética para a próxima década. Visa igualmente determinar se é necessária uma ação adicional da UE para alcançar os objetivos para 2040, entre outros.

Todos os indivíduos e organizações podem participar neste convite à apresentação de contributos e responder à consulta pública.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) com a resposta a um questionário.

ACONTECEU



Estudo do Banco Mundial apresenta análises e recomendações para melhorar a gestão dos riscos agrícolas na UE

Publicado na [passada segunda-feira](#), o estudo do [Banco Mundial sobre a gestão de riscos agrícolas](#) examina a utilização, a eficácia e os domínios a melhorar dos instrumentos de gestão dos riscos (IGR) em vários Estados-Membros, destacando os desafios e as oportunidades nacionais. Apresenta uma análise pormenorizada da atual evolução das políticas e formula recomendações para a União Europeia e os seus Estados-Membros. Estas recomendações fornecem igualmente orientações sobre as ações que poderão ser desenvolvidas, tal como descrito na [Visão para a Agricultura e a Alimentação](#), utilizando os contributos para traçar o caminho a seguir nos debates políticos em curso.

O estudo fornece dados para uma reflexão mais aprofundada sobre o quadro da UE para a gestão dos riscos agrícolas. Reconhece, nomeadamente, a importância dos IGR obrigatórios associados a uma rede de segurança de unidade forte e demonstra a complementaridade entre a gestão proativa dos riscos e o apoio reativo a situações de crise. O estudo sublinha igualmente a importância de uma abordagem mais coerente e abrangente da gestão dos riscos em todos os Estados-Membros e salienta a questão da acessibilidade aos IGR, nomeadamente para as explorações agrícolas de menor dimensão. Além disso, o estudo reconhece igualmente os pagamentos diretos como uma rede de segurança crucial para os agricultores.

O estudo oferece uma análise complementar sobre os trabalhos em curso da Comissão Europeia, em colaboração com a iniciativa fi-compass do [Banco Europeu de Investimento \(BEI\)](#). Convergência entre o recente relatório do [BEI \(PDF\)](#) e este estudo destaca domínios específicos que merecem atenção em futuros debates sobre a PAC. De um modo geral, as conclusões do Banco Mundial reforçam as conclusões do BEI em domínios fundamentais como a harmonização dos dados, a assistência técnica e a gestão dos riscos por níveis, apelando a uma maior coerência entre as estratégias e as abordagens de execução.

Reserva da UE para crises contribui para a resposta de Chipre à febre aftosa

Uma vez que Chipre continua a combater as consequências do surto de febre aftosa de fevereiro, a Comissão Europeia mobilizou a sua reserva estratégica de aprovisionamento de emergência, [a rescEU](#), para apoiar a resposta em curso.

A mobilização surge na sequência de um pedido de assistência das autoridades cipriotas através do [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#). Inclui desinfetantes, equipamento de proteção individual, fatos-macaco descartáveis, máscaras faciais, capas de sapatos e outros artigos essenciais para travar a propagação do vírus.

Chipre tem vindo a colaborar estreitamente com a Comissão desde o início do surto. A Comissão já mobilizou assistência através da disponibilização de mais de um milhão de doses de vacinas para toda a ilha a partir do banco de vacinas da UE e de três destacamentos de uma Equipa de Emergência Veterinária da UE, que forneceu recomendações e conhecimentos especializados específicos no terreno. Além disso, o Comissário Várhelyi também se deslocou a Chipre no início deste mês para salientar a total solidariedade da Comissão para com Chipre face a este surto.

Olivér Várhelyi, Comissário responsável pela Saúde e Bem-Estar dos Animais, declarou: «A febre aftosa é uma das doenças animais mais contagiosas conhecidas. A sua gestão exige uma ação rápida e decisiva, baseada na ciência veterinária e em protocolos internacionais de longa data. Estas medidas são necessárias para proteger os animais saudáveis, conter o surto e permitir o reinício da produção em segurança. Estamos plenamente mobilizados para apoiar Chipre. Já disponibilizámos conhecimentos veterinários especializados, apoio laboratorial e mais de um milhão de doses de vacinas do banco de vacinas da UE, e a UE contribuirá também para a compensação financeira dos agricultores e operadores afetados.»

Hadja Lahbib, Comissária responsável pela Gestão de Crises, declarou: «A Europa não espera que as crises se agravem. Com a rescEU, estamos a agir precocemente e em plena solidariedade com Chipre. Estamos a prestar apoio concreto no terreno, ajudando a conter o surto e a proteger os meios de subsistência e a saúde pública. É isto que uma União da Preparação significa na prática: os Estados-Membros podem contar com a Europa quando esta for mais importante.»

O [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE](#) está pronto a mobilizar assistência adicional, se tal lhe for solicitado.



Fundo de Inovação da UE anda demasiado devagar para as tecnologias limpas

O Fundo de Inovação da União Europeia (UE) pode promover a competitividade e a luta contra as alterações climáticas, mas o seu potencial é diminuído por uma execução lenta. Esta é a principal conclusão de um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Com um orçamento calculado em 40 mil milhões de euros até 2030, o objetivo do Fundo é introduzir tecnologias limpas no mercado e apoiar a passagem para uma economia sem impactos no clima. Porém, a execução é baixa e o Fundo pouco contribui para a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório do TCE e aceder à sua versão integral.

81 % estão ligados a, pelo menos, um tratamento secundário de águas residuais

Em 2023, 80,7 % da [população](#) da UE estava ligada a sistemas de tratamento de águas residuais com, pelo menos, tratamento secundário. Trata-se de um aumento de 3,4 pontos [percentuais](#) em comparação com 2013 (77,3 %) e mostra estabilidade em comparação com 2022 (80,8 %). Os dados baseiam-se em 17 países e provêm das estatísticas da água do Sistema Estatístico [Europeu \(SEE\)](#).

A população ligada, pelo menos, ao tratamento secundário de águas residuais é um dos indicadores para acompanhar os progressos da UE na consecução do Objetivo de Desenvolvimento [Sustentável «Água potável e saneamento» \(ODS 6\)](#). O ODS 6 apela à garantia do acesso universal a água potável, saneamento e higiene seguros e a preços acessíveis. Visa igualmente melhorar a qualidade da água e a eficiência na utilização da água.

O nível de [nitratos \(NO3\) nas águas subterrâneas](#) é um indicador da qualidade da água. Em 2023, a UE comunicou 18,14 mg NO3 por litro, uma ligeira melhoria em comparação com 2013, altura em que se situava em 18,80 mg por litro. A Diretiva [Nitratos](#) estabeleceu uma concentração de 50 mg NO3/L como limiar para considerar as águas subterrâneas impróprias para consumo.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação publicada pelo Eurostat.

Crescimento das florestas na UE ultrapassa a colheita

Sabia que podemos medir se a produção de [madeira](#) florestal é sustentável? Para que as florestas cresçam de forma saudável, a quantidade de madeira abatida ou removida num determinado ano deve ser inferior à taxa de crescimento natural da floresta (crescimento anual líquido). A diferença entre estas duas variáveis pode servir de indicador para a madeira abatida de forma sustentável.

Em 2023, 23 dos [países da](#) UE com dados disponíveis registaram um aumento anual líquido superior às remoções de madeira. O crescimento florestal após a colheita foi o mais elevado na Roménia (39,9 milhões de metros cúbicos), seguida da Suécia (26,4 milhões) e da Polónia (26,3 milhões). Apenas na Estónia as remoções excederam os aumentos (11,6 milhões contra 9,1 milhões de metros cúbicos), resultando numa diminuição da madeira disponível de 2,5 milhões de metros cúbicos.

A extração sustentável é crucial na gestão florestal, uma vez que se centra na madeira abatida intencionalmente, excluindo perdas catastróficas imprevistas. Esta abordagem fornece uma imagem mais clara da pegada ecológica da indústria florestal.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação publicada pelo Eurostat.

O Parlamento aprova regras mais rigorosas para reduzir a poluição da água

Os eurodeputados deram luz verde definitiva a novas medidas destinadas a reduzir a poluição das águas subterrâneas e superficiais e a melhorar as normas de qualidade da água da UE.

A legislação atualiza as listas de poluentes que devem ser monitorizados e controlados, acrescentando PFAS (substâncias per- e polifluoroalquilicas, também conhecidas como «substâncias eternas»), produtos farmacêuticos (como analgésicos), substâncias industriais e pesticidas. Vários poluentes já incluídos passarão a estar sujeitos a normas de qualidade ambiental mais rigorosas.

A lei será agora assinada por ambos os legisladores, antes da sua publicação no Jornal Oficial da UE. Entrará em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação. Os países da UE terão até 21 de dezembro de 2027 para adaptar as suas normas nacionais às disposições desta diretiva.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Coesão e solidariedade interna da UE

34,6 mil milhões de euros em fundos da política de coesão reafectados para dar resposta às prioridades estratégicas da UE

Os Estados-Membros reprogramaram com êxito 34,6 mil milhões de euros dos seus fundos da política de coesão para 2021-2027 para as prioridades estratégicas mais urgentes da UE. Estas incluem o reforço da competitividade, o reforço da defesa e da preparação civil, a promoção de habitação sustentável e a preços acessíveis, a melhoria da resiliência hídrica e a promoção da conectividade energética.

Esta mudança no financiamento da UE reforçará a vantagem competitiva da Europa, reforçará a sua segurança e preparação, garantirá o aprovisionamento energético, tornará a vida quotidiana dos cidadãos mais acessível e aumentará a independência tecnológica da Europa. Os fundos reprogramados apoiarão igualmente o desenvolvimento de competências em matéria de preparação civil, defesa e cibersegurança, bem como em apoio do processo de descarbonização.

Pode encontrar [aqui](#) informação detalhada sobre estas reprogramações.

Cultura e Comunicação

Comissão renova apoio aos jornalistas exilados e recolocados na UE

A Comissão Europeia publicou informações sobre um próximo [convite à apresentação de propostas para](#) apoiar os jornalistas exilados da Bielorrússia e da Rússia, bem como os jornalistas recolocados a partir da Ucrânia, à medida que prosseguem o seu trabalho de forma livre e independente na UE.

O financiamento, no valor de 3 milhões de euros, ajudará os jornalistas a desenvolver o seu trabalho e a fornecer informações independentes e gratuitas ao público nas suas línguas.

Após dois convites à apresentação de projetos, a edição deste ano está a alargar o apoio aos jornalistas ucranianos que se deslocaram para a UE para realizar o seu trabalho.

O convite basear-se-á nos resultados dos dois primeiros projetos, lançados em [2023](#) e [2025](#). A primeira edição criou um [polo de liberdade dos meios de comunicação social](#) para ajudar os meios de comunicação social exilados da Bielorrússia e da Rússia e reforçar a cooperação entre eles. Ajudou esses meios de comunicação social a aumentar o seu público, a desenvolver modelos de negócio e a defender as necessidades dos jornalistas exilados. A segunda edição, no valor de mais de 2 milhões de euros em subvenções, prevê financiamento adicional para ações de formação e seminários adaptados, apoio jurídico e em matéria de vistos, apoio psicológico e ligação em rede.

Agora na sua terceira edição, o financiamento ajudará a manter e melhorar o apoio aos jornalistas e aos meios de comunicação social, bem como a reforçar a coordenação através da rede de polos de comunicação social. O objetivo é assegurar sinergias e a ligação em rede, promovendo simultaneamente a independência e o pluralismo dos meios de comunicação social.

As autoridades públicas, as organizações internacionais, as ONG e os centros de investigação podem apresentar propostas de 16 de abril a 28 de maio de 2026. O convite é publicado antes da data de abertura, a fim de permitir que os participantes se familiarizem com uma nova ferramenta para a apresentação de candidaturas.

A Comissão apoia meios de comunicação social livres, independentes e pluralistas. Os meios de comunicação social livres e independentes são um pilar fundamental do [Escudo Europeu da Democracia](#).

Mais informações sobre [o convite à apresentação de propostas](#).



Defesa e Segurança

Comissão apresenta programa de 115 milhões de euros para a inovação ágil e rápida no domínio da defesa (AGILE)

A Comissão Europeia apresenta um [novo instrumento de financiamento no valor de 115 milhões de euros, o AGILE](#), para trazer tecnologia de defesa disruptiva do laboratório para o terreno a uma velocidade recorde. Este instrumento-piloto destina-se a acelerar o desenvolvimento e o ensaio de inovações disruptivas no domínio da defesa e a sua aceitação pelo mercado, como a inteligência artificial, a computação quântica ou os drones, centrando-se no apoio às pequenas e médias empresas (PME), incluindo as empresas em fase de arranque e em expansão.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia demonstrou que o êxito no campo de batalha depende agora de ciclos de inovação curtos, da capacidade de desenvolver, testar e implantar novas tecnologias e soluções eficientes em termos de custos em semanas ou meses, em vez de anos. Com a guerra moderna a passar por uma rápida transformação digital e tecnológica, a AGILE foi concebida para os intervenientes na «Nova Defesa», as empresas em fase de arranque e os inovadores tecnológicos que se deslocam a alta velocidade.

Para os apoiar, o programa proporcionará financiamento mais rápido e flexível a empresas individuais e permitirá a implantação de inovações o mais rapidamente possível. A AGILE terá como objetivo operar com um tempo de concessão sem precedentes de apenas quatro meses e para que as tecnologias alcancem as forças de defesa entre 1-3 anos.

A AGILE apoiará entre 20 e 30 projetos, concedendo até 100 % de financiamento para todos os custos elegíveis. Incluirá igualmente uma cláusula retroativa para que as empresas possam reclamar as despesas incorridas até três meses antes do encerramento do convite à apresentação de candidaturas, a fim de facilitar a rápida inovação.

O programa de trabalho abrangerá dois tipos principais de atividades: o desenvolvimento orientado por missões de produtos e tecnologias de defesa disruptivos e a oferta no mercado, ajudando as soluções de defesa a chegar aos mercados reais.

Estará plenamente alinhada com as necessidades mais prementes dos Estados-Membros da UE e assegurará que a defesa europeia não seja apenas inovadora, mas esteja pronta para responder a qualquer ameaça a qualquer momento.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este programa.

Aprovações SAFE desbloqueiam financiamento da defesa para a Chéquia e a França

Na sequência da aprovação da [primeira](#) e [segunda vagas de financiamento da defesa](#), a Comissão Europeia [aprovou](#) dois planos nacionais de defesa no âmbito da iniciativa Ação de Segurança para a Europa (SAFE), reforçando ainda mais a segurança e a prontidão da União. A Comissão apresentou ao Conselho uma proposta de aprovação da assistência financeira à Chéquia e à França.

Os níveis de financiamento para cada país foram [fixados provisoriamente em setembro](#), com base nos princípios da solidariedade e da transparência. A Chéquia e a França terão, respetivamente, direito a 2,06 mil milhões de euros e a 15,09 mil milhões de euros após a assinatura dos acordos de empréstimo. Estes fundos darão um impulso vital às capacidades estratégicas onde são mais necessárias.

Uma vez concluída a avaliação da Comissão, o Conselho dispõe agora de quatro semanas para adotar as decisões de execução. Uma vez aprovados, a Comissão finalizará os acordos de empréstimo, prevendo-se que os primeiros pagamentos cheguem ao terreno em abril de 2026.

O Conselho já adotou as decisões de execução relativas a 16 Estados-Membros.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

UE reforça ajuda ao Líbano à medida que a crise se aprofunda

A UE está a intensificar o seu apoio ao Líbano num contexto de escalada da violência e de deslocações significativas, reafirmando o seu empenho na estabilidade do país. Para além dos [100 milhões de euros de ajuda humanitária](#) da semana passada, a UE está também a mobilizar ativamente medidas no âmbito do seu [pacote de apoio financeiro de mil milhões de euros 2024-2027](#) para o Líbano, a fim de satisfazer as necessidades mais prementes no terreno.

Dubravka Šuica, Comissária responsável pelo Mediterrâneo, declarou: «*Os verdadeiros parceiros mantêm-se unidos em tempos de crise. O apoio da UE ao Líbano e ao seu povo é inabalável. Juntamente com as autoridades libanesas e os nossos parceiros internacionais e regionais, estamos a envidar todos os esforços para garantir o acesso contínuo aos serviços básicos. Para além da ajuda humanitária, ao abrigo do nosso pacote de apoio financeiro de mil milhões de EUR, estamos a responder às necessidades imediatas dos mais vulneráveis, continuando simultaneamente a apelar ao desanuviamento e à proteção dos civis. Continuaremos também a apoiar as forças de segurança do Líbano, cujo papel na manutenção da estabilidade continua a ser crucial.*».

Para ajudar as pessoas deslocadas pela escalada, a UE afetou uma ajuda pecuniária adicional de 10 milhões de euros a 100 000 agregados familiares vulneráveis, prestada através do programa de rede de segurança liderado pelo Governo libanês. Com o sistema nacional de saúde sob forte pressão, foram destacadas mais de 20 unidades médicas móveis financiadas pela UE para apoiar 67 abrigos coletivos e zonas sujeitas a ordens de evacuação, a fim de assegurar que a população mantém o acesso a serviços de saúde essenciais.

A UE está também a adaptar a sua resposta educativa para assegurar a continuidade da aprendizagem, permitindo aulas à distância para 50 000 estudantes e disponibilizando ferramentas de formação digital para 8 000 professores. Este apoio alargado garantirá serviços integrados de educação e proteção das crianças em abrigos e espaços de aprendizagem temporários, chegando a um total de 150 000 crianças e jovens necessitados através de programas presenciais e de base comunitária.

A UE está também a reforçar o apoio à Sala Nacional de Operações do Governo libanês, que coordena a resposta de emergência. Por último, através do programa para soluções duradouras para os refugiados sírios, a UE está a apoiar as pessoas deslocadas, apoiando a monitorização das fronteiras e a gestão dos movimentos nos principais pontos de passagem, incluindo a garantia de assistência básica às pessoas que atravessam a fronteira do Líbano para a Síria.

Para mais informações, consultar a ficha informativa «[Médio Oriente: medidas da UE em caso de crise](#)».

8.º Diálogo Ministerial Nigéria-UE

Em 23 de março de 2026, a República Federal da Nigéria e a União Europeia (UE) realizaram o Oitavo Diálogo Ministerial, em Abuja, na Nigéria. A reunião foi copresidida por Yusuf Maitama Tuggar, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, e por Kaja Kallas, Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Foi publicado um comunicado conjunto com os principais resultados alcançado na reunião que pode ser consultado [aqui](#).

Global Gateway: Eurodeputados lamentam a falta de transparência e de responsabilização democrática

Os eurodeputados aprovaram o seu primeiro relatório sobre a iniciativa emblemática de investimento estratégico da UE, exigindo uma investigação sobre o alegado envolvimento de empresas chinesas nos projetos.

O relatório, aprovado na passada quinta-feira com 371 votos a favor, 146 contra e 80 abstenções, reconhece a importância da iniciativa emblemática «Global Gateway» para as ambições geoestratégicas da UE. Lançada em dezembro de 2021 como uma iniciativa de infraestruturas no valor de 300 mil milhões de euros, os eurodeputados consideram que, para que esta concretize as suas ambições, a Comissão deve promover a «Global Gateway» de forma eficaz e rápida como uma alternativa sustentável às iniciativas agressivas de rivais como a China e a Rússia.

Estão preocupados com relatos de que vários projetos estão a ser implementados por empresas chinesas em violação direta do objetivo da iniciativa de apresentar uma alternativa à Iniciativa «Belt and Road», e solicitam uma investigação imediata sobre o envolvimento de todas as empresas chinesas na «Global Gateway».

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Acordo UE-Mercosul a aplicar a título provisório a partir de 1 de maio de 2026

A União Europeia notificou na passada segunda-feira os países do Mercosul do instrumento de aplicação provisória do Acordo Comercial Provisório (ATI) UE-Mercosul.

Ao enviar a sua «nota verbal» ao Paraguai, o guardião legal dos Tratados do Mercosul, a Comissão Europeia tomou a última medida processual necessária para a aplicação provisória, em conformidade com a Decisão do Conselho de 9 de janeiro.

Por conseguinte, o ATI será aplicado provisoriamente a partir de 1 de maio entre a UE e todos os países do Mercosul que concluíam os seus procedimentos de ratificação e que tenham notificado a UE antes do final de março - a Argentina, o Brasil e o Uruguai já o fizeram. O Paraguai ratificou recentemente o acordo e espera-se que envie sua notificação em breve.

A aplicação provisória assegura a eliminação dos direitos aduaneiros sobre determinados produtos a partir do primeiro dia, criando regras previsíveis para o comércio e o investimento. As empresas, os consumidores e os agricultores da UE podem assim começar a colher imediatamente os benefícios do acordo, enquanto os setores sensíveis da economia da UE estão plenamente protegidos por salvaguardas sólidas.

A aplicação provisória assegurará igualmente uma colaboração mais forte entre a UE e o Mercosul em questões globais prementes, como os direitos laborais e as alterações climáticas. Criará cadeias de abastecimento mais resilientes e fiáveis, cruciais, em especial, para o fluxo previsível de matérias-primas críticas.

Os exportadores poderão saber mais sobre como lucrar com este acordo através da [plataforma Access2Markets](#).

O Comissário responsável pelo Comércio, Maroš Šefčovič, declarou: «*Hoje é um passo importante para demonstrar a nossa credibilidade enquanto importante parceiro comercial. A prioridade agora é transformar este acordo UE-Mercosul em resultados concretos, dando aos exportadores da UE a plataforma de que necessitam para aproveitar novas oportunidades de comércio, crescimento e emprego. A aplicação provisória permitir-nos-á começar a cumprir essa promessa. Aguardo com expectativa a oportunidade de ver este acordo realizar o seu potencial, reforçando a nossa economia e a nossa posição no comércio mundial, enquanto concluímos todos os procedimentos democráticos.*»

Défice do comércio internacional de bens na área do euro: 1,9 mil milhões de euros

As primeiras estimativas do saldo da área do euro revelaram um défice de 1,9 mil milhões de euros no comércio de bens com o resto do mundo em janeiro de 2026, em comparação com -1,4 mil milhões de euros em janeiro de 2025.

Em janeiro de 2026, as exportações de bens da área do euro para o resto do mundo ascenderam a 215,3 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 7,6% face a janeiro de 2025 (232,9 mil milhões de euros).

As importações provenientes do resto do mundo ascenderam a 217,2 mil milhões de euros, o que representa uma queda de 7,3 % em comparação com janeiro de 2025 (234,3 mil milhões de euros).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada desta publicação do Eurostat.

A UE e a Austrália reforçam as suas relações através de uma Parceria em matéria de Segurança e Defesa e de um Acordo Comercial

A UE e a Austrália anunciaram a adoção de uma parceria inovadora em matéria de segurança e defesa. Concluíram igualmente as negociações relativas a um acordo de comércio livre (ACL) ambicioso e equilibrado e acordaram em dar início a negociações formais para a associação da Austrália ao «Horizon Europe», o maior programa de financiamento do mundo para a investigação e a inovação. Com estas medidas, a UE e a Austrália estão a alcançar resultados mutuamente benéficos e a reforçar ainda mais as suas relações já estreitas num momento de incerteza geopolítica.

O texto final do ACL foi acordado durante uma reunião de líderes em Camberra entre a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Primeiro-Ministro da Austrália, Anthony Albanese. A Parceria de Segurança e Defesa (PSD) foi assinada virtualmente pela Alta Representante/Vice-Presidente Kaja Kallas e pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa australiano, Richard Donald Marles, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Penny Wong, em 18 de março de 2026.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta parceria e acordo comercial.

Mercado de serviços entre países: esforços da UE ficam-se pelo meio-gás

A Comissão Europeia não fez o suficiente para acabar com os obstáculos que as empresas da União Europeia (UE) enfrentam há muito quando tentam prestar serviços noutro país da União. Esta é a conclusão que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) dá a conhecer no seu novo relatório.

O TCE critica Bruxelas pela falta de objetivos claros e de ambição estratégica. Aponta também culpas aos próprios países, que travam a integração do mercado com um excesso de burocracia e regulação. A auditoria do TCE surge após a publicação de dois importantes estudos,

um da responsabilidade de Mário Draghi (antigo presidente do Banco Central Europeu) e outro de Enrico Letta (antigo deputado europeu e primeiro-ministro italiano), publicados em 2024, que alertam para a perda de competitividade da economia europeia.

Pode obter [aqui](#) mais informação e aceder ao relatório do TCE.

Uma investigação da Comissão e das autoridades de defesa do consumidor concluiu que um em cada três comerciantes apresenta incorretamente descontos em linha durante a Black Friday e a Cyber Monday

A Comissão Europeia e as autoridades de defesa do consumidor de 23 Estados-Membros, bem como da Islândia e da Noruega, divulgaram os resultados de uma análise («sweep») dos descontos em linha durante as vendas da Black Friday e da Cyber Monday.

As ações [de fiscalização conjuntas são](#) coordenadas pela Comissão Europeia e realizadas simultaneamente pelas autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei. O objetivo desta ação era avaliar se os descontos e as práticas de fixação de preços durante os principais eventos de venda, como a Black Friday e a Cyber Monday, estavam em conformidade com a legislação da UE em matéria de defesa do consumidor.

As autoridades de proteção dos consumidores verificaram 314 comerciantes em linha e descobriram que 30 % referiram descontos incorretamente durante essas vendas. Nos termos da [Diretiva Indicações de Preços](#), quando uma empresa anuncia um desconto, o preço de referência deve ser o preço mais baixo aplicado nos últimos 30 dias.

As autoridades também avaliaram outras táticas de vendas que podem influenciar as decisões de compra dos consumidores.

Pode encontrar informação mais detalhada [aqui](#).

Acordo comercial UE-EUA: Parlamento define condições para a redução dos direitos aduaneiros sobre os produtos dos EUA

Os eurodeputados [adotaram](#) a posição sobre duas propostas que implementam os aspetos pautais do acordo comercial entre a UE e os EUA.

Os textos, se acordados com os Estados-Membros da UE, eliminarão a maioria dos direitos aduaneiros sobre os produtos industriais dos EUA e proporcionarão um acesso preferencial ao mercado para uma vasta gama de produtos do mar e produtos agrícolas dos EUA, em consonância com os compromissos assumidos no verão de 2025 entre a UE e os EUA.

Os relatórios sobre os dois atos legislativos foram adotados. O texto sobre o ajustamento dos direitos aduaneiros e abertura de contingentes pautais para a importação de certas mercadorias originárias dos EUA foi aprovado por 417 votos a favor, 154 contra e 71 abstenções. O texto relativo à não aplicação de direitos aduaneiros sobre as importações de certas mercadorias foi aprovado com 437 votos a favor, 144 contra e 60 abstenções. Os eurodeputados estão agora prontos para iniciar negociações com os governos da UE sobre a forma final da legislação.

Alfândegas da UE: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre uma reforma histórica

O Conselho e o Parlamento chegaram a acordo para reformular o quadro aduaneiro da UE, dotando a União de um conjunto de instrumentos mais moderno para fazer face a tendências como o enorme aumento dos volumes de comércio, especialmente no comércio eletrónico, o número cada vez maior de normas da UE que devem ser verificadas na fronteira e as complexas realidades geopolíticas.

A reforma estabelece novos instrumentos inovadores para facilitar o comércio global, cobrar direitos aduaneiros de forma mais eficiente e reforçar os controlos sobre mercadorias não conformes, perigosas ou inseguras. Em termos gerais, o novo sistema permitirá controlos mais rigorosos sem encargos excessivos para as autoridades e os operadores económicos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo alcançado pelos dois legisladores.

O Conselho e o Parlamento Europeu continuarão a trabalhar para finalizar os elementos técnicos do pacote antes da adoção final pelos legisladores. A nova legislação aduaneira entrará em plena aplicação 12 meses após a sua publicação no jornal oficial da UE.

Educação

A aprendizagem em linha é cada vez mais popular na UE

Em 2025, 34,8 % dos utilizadores da [Internet](#) na UE declararam ter frequentado um curso [em linha](#) ou utilizado materiais de aprendizagem em linha. Esta percentagem representa um aumento de 1,4 pontos [percentuais](#) (pp) em relação a 2024 (33,4 %) e um salto substancial em relação a 2019, ano em que menos de um quarto dos utilizadores da Internet (21,4 %) utilizaram estes recursos educativos.

Os Países Baixos registaram a percentagem mais elevada de utilizadores da Internet envolvidos na aprendizagem em linha ou que utilizam materiais de aprendizagem em linha (60,2 %), seguidos da Irlanda (59,7 %), da Finlândia (50,7 %) e da Suécia (50,6 %). Em contrapartida, a educação em linha foi menos prevalente na Roménia (11,8 %), na Bulgária (18,4 %) e em Chipre (21,0 %).

Entre os métodos específicos de aprendizagem em linha, 17,3 % dos utilizadores da Internet frequentaram um curso em linha em 2025, com a maior prevalência na Irlanda (29,6 %), na Finlândia (29,3 %) e nos Países Baixos (28,5 %). Ao mesmo tempo, 30,5 % dos utilizadores da Internet utilizaram materiais de aprendizagem em linha, com a percentagem mais elevada nos Países Baixos (55,1 %), na Irlanda (50,4 %) e na Hungria (46,4 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.



Emprego e Demografia

Apoio da UE no valor de 1,8 milhões de euros para ajudar os trabalhadores na Áustria a encontrar um novo emprego

O Parlamento [aprovou](#) fundos da UE para 420 trabalhadores despedidos após o fabricante de motocicletas KTM ter suspenso a produção em abril de 2025.

Fundos da UE para apoiar 416 trabalhadores despedidos na Bélgica na procura de emprego

O Parlamento [aprovou](#) um apoio da UE no valor de 1,9 milhões de euros para os trabalhadores que foram despedidos após a falência da cadeia de decoração de interiores Casa.



Energia

Comissão insta os Estados-Membros a começarem a preparar-se para o inverno num contexto de perturbações energéticas no Médio Oriente

Tendo em conta a volatilidade do mercado decorrente do conflito no Médio Oriente, a Comissão Europeia insta os Estados-Membros a iniciarem a estação de enchimento de gás e os preparativos de forma coordenada e a tempo do próximo inverno. A segurança do aprovisionamento energético da UE continua a ser protegida nesta fase devido à dependência limitada das importações provenientes desta região e das cargas de GNL que passaram pelo Estreito de Ormuz antes do conflito. No entanto, os preparativos atempados e coordenados são fundamentais para assegurar o reabastecimento adequado do armazenamento de gás na próxima estação de aquecimento, adaptando-se às circunstâncias do mercado e aplicando flexibilidades.

Dan Jørgensen, comissário da Energia e Habitação, declarou: «*Estamos muito mais bem preparados do que em 2022, graças a escolhas políticas coletivas, a esforços coordenados de diversificação e à implantação acelerada da energia produzida internamente. Mas a nossa exposição ao mercado global volátil é clara e temos de nos certificar de que já agimos agora em matéria de preparação para o inverno e de que o fazemos de forma coordenada. O início das injeções de armazenamento o mais cedo possível permitiria beneficiar de um período de injeção mais longo e adaptar-se às circunstâncias do mercado, a fim de atenuar a pressão sobre os preços e evitar a pressa no final do verão. Nestes tempos difíceis, é fundamental que façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para proteger os nossos cidadãos e as nossas empresas.*»

Numa carta dirigida a todos os ministros da Energia da UE, o comissário recordou que o Regulamento Armazenamento de Gás da UE oferece aos Estados-Membros uma maior flexibilidade na consecução das suas metas de enchimento das instalações de armazenamento, a fim de reagir rapidamente à evolução das condições do mercado. Esta flexibilidade, incluindo a possibilidade de reduzir a meta de enchimento ou de a alcançar num período mais longo em determinadas condições, pode ajudar a reduzir a procura de gás em momentos em que a oferta está tensa e aliviar a pressão sobre os preços do gás na Europa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre o Regulamento Armazenamento de Gás da UE.

47 % da eletricidade da UE provinha de energias renováveis em 2025

Em 2025, 47,3 % da eletricidade produzida na UE provinha de fontes de energia [renováveis](#), o que representa um ligeiro aumento em relação a 2024, ano em que a percentagem foi de 47,2 %.

A energia eólica foi a principal fonte de eletricidade renovável na UE, representando 37,5 % do total. A energia solar ficou em segundo lugar, com 27,5%, seguida da hidrelétrica, com 25,9%. A eletricidade renovável restante provinha de combustíveis renováveis (8,5 %) e de fontes de energia geotérmicas e outras (0,5 %).

Em comparação com 2024, a energia solar foi a fonte de crescimento mais rápido, com um aumento de 24,6 % em 2025. Em contrapartida, a produção de eletricidade a partir da energia hidroelétrica diminuiu 11,8%.

Entre os países da UE, as percentagens mais elevadas de eletricidade proveniente de fontes renováveis foram geradas na Dinamarca (92,4 %, na sua maioria eólica), na Áustria (83,1 %, na sua maioria hidroelétrica) e em Portugal (82,9 %, na sua maioria hidroelétrica e eólica).

Em contrapartida, as percentagens mais baixas registaram-se em Malta (16,2 %), na Chéquia (16,6 %) e na Eslováquia (17,8 %).

Pode encontrar [aqui](#) informação estatística mais detalhada publicada pelo Eurostat.

Comissão aprova regime dinamarquês de auxílios estatais no valor de 5 mil milhões de euros para apoiar a energia eólica marítima

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime dinamarquês no valor de 5 mil milhões de euros (37,6 mil milhões de DKK) para apoiar a energia eólica marítima, em conformidade com os objetivos do [Pacto da Indústria Limpa](#). Esta medida contribuirá para a transição para uma economia de impacto zero e para a consecução da [meta de 2030 em matéria de energias](#)

[renováveis](#) estabelecida a nível da UE. O regime foi aprovado ao abrigo do [Enquadramento dos Auxílios Estatais do Pacto da Indústria Limpa](#) (CISAF), adotado pela Comissão em [25 de junho de 2025](#).

O regime apoiará a construção e a exploração de dois parques eólicos marítimos: Hesselø e North Sea I Mid. A produção anual combinada destes dois parques eólicos representará o equivalente a cerca de 25% da produção total de eletricidade do ano passado na Dinamarca. Ao abrigo deste regime, o auxílio assumirá a forma de um prémio variável mensal ao abrigo de um contrato por diferenças bidirecional («CfD»).

A Comissão considerou que o regime dinamarquês satisfaz as condições do CISAF (secções 3 e 4.1.2). Em especial, o auxílio será concedido sob a forma de apoio direto aos preços, através de um CfD bidirecional baseado nas capacidades, que será concedido através de um procedimento de concurso competitivo.

A Comissão concluiu que o regime dinamarquês é necessário, adequado e proporcionado para acelerar a transição para uma economia de impacto zero e facilitar o desenvolvimento de determinadas atividades económicas, que são importantes para a aplicação do [Pacto da Indústria Limpa](#).

Comissão aprova regime francês de auxílios estatais à produção de hidrogénio renovável e hipocarbónico

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime francês para apoiar a produção de hidrogénio renovável e hipocarbónico, em consonância com os objetivos da [Estratégia do Hidrogénio da UE](#) e do [Pacto da Indústria Limpa](#). O regime contribuirá igualmente para os objetivos do [plano REPowerEU](#) de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição para energias limpas. A França espera que o regime conduza a que sejam evitadas até 1 100 quilotoneladas de CO2 por ano, o que contribuirá para que o país cumpra as suas metas climáticas da UE.

O regime apoiará a construção de 1 GW de capacidade de eletrólise do hidrogénio. O auxílio será concedido através de um procedimento de concurso competitivo, previsto para três fases de concurso, e assumirá a forma de um prémio fixo.

A Comissão considerou que o regime é necessário, adequado e tem um «efeito de incentivo». Além disso, a Comissão concluiu que o regime tem um impacto limitado na concorrência e nas trocas comerciais na UE e produzirá efeitos positivos que superam quaisquer eventuais efeitos negativos em termos de distorções da concorrência.



Espaço

A Noruega e a Islândia aderem às redes de satélites seguras da UE GOVSATCOM e IRIS²

A Noruega e a Islândia aderirão aos sistemas espaciais da UE, [ao GOVSATCOM](#) e à [Infraestrutura para a Resiliência, a Interconectividade e a Segurança por Satélite \(IRIS²\)](#), na sequência de um acordo assinado em Bruxelas. Esta parceria marca uma expansão significativa do ecossistema espacial europeu, reforçando a cooperação da União com os principais parceiros para reforçar a resiliência coletiva e a segurança na conectividade segura.

A conectividade segura por satélite é uma espinha dorsal para a gestão moderna de crises, a resposta a emergências e as operações em regiões remotas onde as infraestruturas tradicionais são limitadas. Ao aderir a estes programas, a Noruega e a Islândia terão acesso a serviços de comunicação criptografados de alto nível. Estes instrumentos são essenciais para proteger informações sensíveis, apoiar as autoridades públicas e garantir a segurança da navegação aérea e marítima através do Atlântico Norte e do Ártico.

O GOVSATCOM, que está [operacional desde janeiro de 2026](#), juntamente com o desenvolvimento do programa IRIS², proporcionará a ambas as nações capacidades reforçadas de resposta a catástrofes, monitorização ambiental e serviços governamentais seguros. Para além da segurança, espera-se que a melhoria da conectividade proporcione benefícios sociais vitais às comunidades remotas, incluindo um melhor acesso aos cuidados de saúde digitais e aos serviços de emergência.

O acordo foi assinado pelo Comissário da Defesa e Espaço, Andrius Kubilius, pela Ministra do Comércio e Indústria da Noruega, Cecilie Myrseth, e pelo Embaixador da Islândia junto da União Europeia, Stefán Haukur Jóhannesson. Esta etapa sublinha o crescente papel global da Europa no espaço e o seu empenho na construção de uma arquitetura de satélite segura e integrada com os seus parceiros mais próximos.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Comissão toma medidas para assegurar a transposição completa e atempada das diretivas da UE

A Comissão Europeia está a tomar medidas contra vários Estados-Membros da UE que não notificaram à Comissão as medidas que adotaram para transpor as diretivas da UE para as respetivas legislações nacionais. O prazo para a transposição destas diretivas expirou recentemente. A Comissão vai enviar uma carta de notificação para cumprir a estes Estados-Membros, dando-lhes dois meses para responderem e concluírem a transposição das diretivas. Se não o fizerem, a Comissão pode passar a uma etapa seguinte e emitir um parecer fundamentado. A Comissão insta-os a tomar medidas imediatas para alinhar a sua legislação com os requisitos da UE. Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Comissão regista a Iniciativa de Cidadania Europeia sobre transportes acessíveis e sustentáveis

A Comissão Europeia [registou](#) uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada «Transportes rápidos, convenientes, a preços acessíveis e, acima de tudo, respeitadores do clima para todos os europeus».

A iniciativa convida a Comissão a «tornar *as viagens de comboio uma verdadeira alternativa à aviação, criando uma forte rede e organização continental e eliminando os desequilíbrios do mercado*». Especificamente, os organizadores propõem a «*introdução de um imposto sobre o combustível para a aviação à escala da UE*», a «*eliminação das isenções de IVA e a introdução de preços justos*» e a «*afetação das receitas a uma organização ferroviária europeia forte e com autoridade de grande alcance*».

Uma vez que esta iniciativa preenche as condições formais estabelecidas na legislação pertinente, a Comissão considera-a legalmente admissível ao abrigo do [Regulamento Iniciativa de Cidadania Europeia](#). A Comissão não analisou o conteúdo das propostas nesta fase. O registo não influencia a decisão final da Comissão quanto ao seu mérito, nem qualquer ação potencial que esta possa tomar. A Comissão só tomará uma decisão sobre a iniciativa se recolher pelo menos um milhão de assinaturas de cidadãos da UE.

Abordar a natureza e o impacto do crime organizado na cena internacional

O objetivo deste estudo é reforçar a base de evidências sobre como os grupos de crime organizado (GCOs) evoluíram para atores geopolíticos transnacionais, avaliar a adequação dos quadros jurídicos internacionais para responsabilizá-los e oferecer recomendações políticas para fortalecer essa responsabilização.

O estudo conclui que o direito internacional não define nem reflete adequadamente a transformação dos GCOs em atores geopolíticos. Em vez disso, apoia-se em conceções desatualizadas de hierarquias criminosas, que confinam o crime organizado ao domínio transnacional em vez de internacional. O direito internacional é, portanto, limitado na sua capacidade de categorizar estes grupos como entidades jurídicas, mesmo quando as suas ações se assemelham a crimes contra a humanidade em intenção e escala.

Esta falha definicional tem consequências práticas: os esforços de ação externa da UE geram relativamente pouca informação sobre ameaças geopolíticas ligadas a GCOs, e a infraestrutura criminal, humanitária e de direitos humanos internacional é incapaz de confrontar diretamente as ações destes grupos. O estudo advoga a redefinição dos GCOs como parte de uma nova Diretiva, bem como medidas práticas para aperfeiçoar os mecanismos de justiça criminal, melhorar a cooperação transfronteiriça, atualizar as avaliações de ameaças das ações externas da UE e apoiar os atuais sistemas jurídicos internacionais para contabilizar de forma mais eficaz os comportamentos geopolíticos e os impactos dos GCOs.

Pode aceder [aqui](#) à versão integral do estudo.

(Referência Bibliográfica: Williams, Mark, et al. 2026. *Abordando a Natureza e o Impacto do Crime Organizado na Cena Internacional: Compreender e Legislar sobre o papel dos Grupos de Crime Organizado como Ator Geopolítico*. Bruxelas: Parlamento Europeu, Unidade de Análise e Apoio a Políticas Externas.).

Comissão lança processo para que a UE se torne membro fundador do Tribunal Especial para o Crime de Agressão contra a Ucrânia

A Comissão adotou uma proposta que dá início ao processo para que a União Europeia se torne membro fundador do Tribunal Especial para o Crime de Agressão contra a Ucrânia.

Assim que os Estados-Membros aprovarem esta proposta, a Comissão poderá notificar a intenção da UE de aderir ao Tribunal como membro fundador. A UE desempenhará então um papel central nas operações do Tribunal, nomeadamente como membro do Comité de Gestão que regerá o Tribunal Especial.

O Tribunal Especial terá mandato para julgar altos dirigentes políticos e militares pelo crime de agressão contra a Ucrânia. Está a ser criado no âmbito do Conselho da Europa, na sequência [da assinatura](#), em 25 de junho de 2025, de um acordo entre a Ucrânia e o Conselho da Europa sobre a criação do Tribunal Especial.

Kaja Kallas, Alta Representante/Vice-Presidente, afirmou: «*A justiça para as vítimas de agressão é a melhor via para uma paz duradoura. A busca da justiça é igualmente um impedimento para os pretensos agressores. Numa altura em que o direito internacional está sob pressão histórica, a resposta certa é mais responsabilização, não menos. A criação do processo jurídico – como estamos agora a fazer pela Ucrânia – exige tempo, esforço e o mais amplo apoio internacional possível, mas vale a pena.*»

Michael McGrath, comissário da Democracia, Justiça, Estado de Direito e Proteção dos Consumidores, declarou: «*Há quatro anos, o mundo acordou para as atrocidades cometidas em Bucha, um subúrbio tranquilo de Kiev, antes da guerra de agressão da Rússia. Reafirmamos que não pode haver paz justa sem responsabilização. Trata-se de um passo decisivo para a criação do Tribunal Especial e para assegurar que os responsáveis pelo crime de agressão da Rússia sejam responsabilizados. A União Europeia continua firmemente ao lado da Ucrânia na prossecução da justiça.*»

A UE desempenhou um papel de liderança na elaboração dos [textos jurídicos fundadores](#) do Tribunal Especial, que foram [politicamente aprovados](#) por uma coligação internacional de Estados e organizações internacionais em 9 de maio de 2025. A Comissão apoia igualmente a responsabilização pelo crime de agressão através do [Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia](#) e de uma contribuição de 10 milhões de euros para a equipa avançada do Tribunal Especial, a fim de preparar a sua estrutura operacional.

Parlamento valida novas regras da UE para luta contra a corrupção

As novas regras a nível da UE, aprovadas na passada quinta-feira no Parlamento Europeu, estabelecem um quadro penal harmonizado para prevenir e combater a corrupção em toda a União.

A diretiva, [acordada provisoriamente entre o Parlamento e o Conselho em dezembro de 2025](#), estabelece definições comuns de crimes de corrupção, incluindo suborno, apropriação ilegítima, obstrução da justiça, tráfico de influências, exercício ilegal de funções, enriquecimento ilícito associado à corrupção, dissimulação e corrupção no setor privado, e harmoniza as regras em matéria de sanções. Foi aprovada por 581 votos a favor, 21 votos contra e 42 abstenções.

A diretiva deve agora ser formalmente adotada pelo Conselho antes de entrar em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. Os Estados-Membros disporão então de 24 meses para a transpor, com exceção das disposições relativas às avaliações dos riscos e às estratégias nacionais, que têm um prazo de 36 meses.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Regulamento relativo aos regressos: Eurodeputados prontos para iniciar negociações

Reunidos em sessão plenária, os eurodeputados aprovaram a abertura de conversações com o Conselho sobre o novo quadro jurídico para o regresso das pessoas em situação irregular na UE.

Com 389 votos a favor, 206 contra e 32 abstenções, o Parlamento Europeu acordou em avançar para a próxima fase do processo legislativo relativo a um sistema comum atualizado da UE para o regresso dos nacionais de países terceiros sem o direito de continuar na UE.

A votação em sessão plenária decorreu na sequência de três pedidos distintos dos grupos políticos [S&D](#), [Verdes/ALE](#) e [Grupo da Esquerda](#), que contestam as decisões de 9 de março de 2026 tomadas na Comissão das Liberdades Cívicas, em conformidade com o [artigo 72.º do Regimento do Parlamento](#).

O relator [Malik Azmani](#) (Renew, Países Baixos) liderará a equipa de negociação do Parlamento.

Pode consultar a [posição negocial do Parlamento](#) e um [resumo dos principais pontos](#).

Está prevista para breve uma primeira ronda de negociações com a Presidência cipriota do Conselho da UE.



Comissão aprova regime espanhol de auxílios estatais no valor de 50 milhões de euros para apoiar a descarbonização do calor dos processos industriais

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime espanhol no valor de 50 milhões de euros para impulsionar a descarbonização do calor dos processos industriais. Tal será feito através da ferramenta «Leilões [como serviço](#)» (AaaS) do [Fundo de Inovação para o Leilão de Calor de 2025](#). O regime espanhol apoiará projetos que descarbonizem o calor dos processos industriais através de tecnologias inovadoras, incluindo soluções de calor à base de eletricidade e renováveis. É o primeiro projeto da AaaS fora do setor do hidrogénio.

Ao abrigo do regime, o auxílio assumirá a forma de um prémio fixo por tonelada de CO2 evitada, concedido através de concurso. O auxílio cobrirá os custos adicionais da transição de uma produção de calor a partir de combustíveis fósseis para a produção de calor eletrificado ou direto a partir de fontes renováveis. O regime inclui diferentes mecanismos para recompensar o consumo flexível de eletricidade e será financiado pelo [Fundo de Recuperação e Resiliência](#). O auxílio pode ser concedido até 31 de dezembro de 2026. O apoio será associado à produção verificada de calor descarbonizado e pago de seis em seis meses durante um período máximo de cinco anos.

A Comissão apreciou o regime à luz das regras da UE em matéria [de auxílios estatais, em especial do artigo 107.º, n.º 3, alínea c\)](#), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite aos Estados-Membros apoiar o desenvolvimento de certas atividades económicas em determinadas condições, e das [Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia](#) de 2022. Em especial, a Comissão considerou que o regime é necessário e adequado para alcançar a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a aceleração da transição ecológica. Além disso, o regime é proporcionado, uma vez que se limita ao mínimo necessário e tem um impacto limitado na concorrência e nas trocas comerciais entre os Estados-Membros. Nesta base, a Comissão aprovou o regime espanhol ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com o número SA.121923 no [registo dos auxílios estatais](#) no [sítio Web da Comissão dedicado à concorrência](#), uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.



Lille receberá a nova Autoridade Aduaneira da UE

O Conselho e o Parlamento Europeu selecionaram Lille como a cidade anfitriã da futura autoridade aduaneira da União Europeia (EUCA).

A autoridade terá a tarefa de coordenar e apoiar as atividades das autoridades aduaneiras nacionais de forma consistente em toda a União. Espera-se que conte com cerca de 250 colaboradores.

A criação da nova autoridade faz parte do trabalho de reforma do quadro aduaneiro geral da UE, de modo a poder lidar com a pressão significativa decorrente do aumento dos fluxos comerciais, dos sistemas nacionais fragmentados, do rápido crescimento do comércio eletrónico e das mudanças das realidades geopolíticas.

Os legisladores concordaram sobre a localização da sede da EUCA numa reunião informal interinstitucional ao nível político.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e [aqui](#) a reação da Comissão Europeia à escolha dos legisladores.

Reunião do Eurogrupo, 27 de março de 2026: principais resultados alcançados

O Eurogrupo avaliou o impacto da crise no Médio Oriente na economia europeia e discutiu medidas políticas para a enfrentar. Como é habitual antes das Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o Eurogrupo também trocou opiniões sobre desenvolvimentos económicos internacionais.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

Bruxelas: Comitês não verificam se as suas opiniões mudam as leis

O Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões Europeu têm muitas vezes dificuldade em dar a sua opinião a tempo de influenciar as decisões da União Europeia (UE). O alerta vem do Tribunal de Contas Europeu (TCE), num relatório publicado esta semana. Estes dois órgãos foram criados para servir de ponte entre quem manda em Bruxelas e os cidadãos ou as organizações da sociedade civil. Contudo, o TCE revela que não verificam de forma sistemática se as suas opiniões influenciam a legislação final. Além disso, falta transparência na escolha dos especialistas que ajudam a elaborar estas opiniões.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação incluindo o acesso à versão integral do relatório.



Comissão atribui 617,18 milhões de euros a programas de doutoramento, reforçando a reserva europeia de talentos no domínio da investigação

A Comissão Europeia anunciou os resultados do convite à apresentação de propostas de 2025 para as redes de doutoramento das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), com um orçamento total de 617,18 milhões de euros. O financiamento apoiará 141 programas de doutoramento, formando cerca de 2115 doutorandos e dotando-os das competências necessárias para carreiras de sucesso, tanto dentro como fora do meio académico. O convite atraiu um forte interesse da comunidade de investigação, com 1616 candidaturas apresentadas por organizações de toda a Europa e não só.

Como parte do compromisso da Comissão de promover a ligação entre o meio académico e a indústria, foram também introduzidos incentivos para promover dois tipos específicos de doutoramento. Entre os projetos selecionados, cinco doutoramentos industriais permitirão aos investigadores desenvolver as suas competências fora do meio académico, nomeadamente na indústria, nas empresas e no setor público. Além disso, oito doutoramentos conjuntos oferecerão programas de formação integrados conducentes a diplomas de doutoramento conjuntos ou múltiplos.

Os projetos financiados abrangem todas as disciplinas científicas, com investigação que vai das ciências fundamentais às aplicações que abordam os principais desafios sociais em domínios como as alterações climáticas, a saúde, a transformação digital, a energia, o desenvolvimento sustentável e a inovação nas ciências sociais.

O próximo convite à apresentação de propostas para as redes de doutoramento MSCA está previsto para 28 de maio de 2026. Estão disponíveis mais informações no [sítio Web das Ações Marie Skłodowska-Curie](#).

Este ano assinalam-se também [30 anos das Ações Marie Skłodowska-Curie](#). Desde 1996, o programa apoiou mais de 150 000 investigadores.



Abuso sexual de crianças em linha: as medidas de deteção voluntária não serão alargadas

O Parlamento [votou](#) contra o prolongamento da exceção provisória que permite que prestadores de serviços voluntariamente detetem abusos sexuais de crianças online.

Com 228 votos a favor, 311 contra e 92 abstenções, os eurodeputados rejeitaram a proposta da Comissão, encerrando a primeira leitura do Parlamento sobre prolongar a autorização existente relativa à [Diretiva Privacidade Eletrónica](#). O objetivo da prorrogação proposta era prosseguir as medidas temporárias enquanto continuam as negociações sobre um quadro jurídico a longo prazo para prevenir e combater o abuso sexual de crianças na Internet.

A [posição do Parlamento](#), adotado em 11 de março de 2026, era favorável à prorrogação das medidas por um período mais curto (até agosto de 2027) do que a proposta da Comissão e com um âmbito de aplicação mais restrito, para assegurar que as medidas continuam a ser proporcionais e direcionadas.

As negociações com o Conselho sobre a proposta [não conduziram a um acordo](#). Por conseguinte, o regulamento provisório caducará após 3 de abril de 2026.

Comissão investiga a conformidade do Snapchat com as regras de proteção das crianças ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão Europeia deu início a um procedimento formal para investigar se o Snapchat está a garantir um elevado nível de proteção, privacidade e segurança para as crianças em linha, em conformidade com o Regulamento dos Serviços Digitais (RSD).

O Snapchat pode ter violado o RSD ao expor os menores a tentativas de aliciamento e recrutamento para fins criminosos, bem como a informações sobre a venda de bens ilegais, como drogas, ou produtos sujeitos a restrições de idade, como vapes e álcool.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as principais áreas em que a investigação se concentrará.



Mobilidade

Autoestradas e caminhos de ferro: as regiões mais interligadas da UE

[As](#) redes de autoestradas tendem a estar mais concentradas em zonas urbanas, zonas industriais e grandes portos marítimos, onde a densidade populacional e a procura de transportes são tipicamente mais elevadas.

Em 2024, as redes de autoestradas mais densas da UE encontravam-se em Bremen, na Alemanha (169 km de autoestradas por 1 000 km² de superfície terrestre), e na Zuid-Holland (134 km/1 000 km²) e em Utrecht (124 km/1 000 km²) nos Países Baixos. Seguiram-se as regiões capitais de Budapeste (120 km/1 000 km²), Viena (109 km/1 000 km²) e Noord-Holland (108 km/1 000 km²).

Em contrapartida, havia 20 regiões sem autoestradas. A maioria eram regiões insulares: 6 regiões em França (5 regiões ultraperiféricas e 1 região insular), 3 regiões insulares na Grécia, 2 em Portugal e 1 na Finlândia. Além disso, havia quatro regiões sem autoestradas na Polónia, duas cidades autónomas espanholas na costa do Norte de África, bem como uma única região na Bulgária e uma na Roménia.

Em comparação com 2014, a expansão mais significativa da rede de autoestradas ocorreu na Andaluzia, Espanha, onde foram construídos 242 km de novas autoestradas no período de 10 anos. A segunda maior expansão foi registrada em Stredné Slovensko, Eslováquia, com 214 km, e a terceira maior em Castilla y León, Espanha, com 191 km de novas autoestradas.

Em 2024, as redes ferroviárias mais extensas situavam-se nas regiões alemãs de Berlim (764 km/1 000 km²) e Hamburgo (639 km/1 000 km²). A estas seguiram-se Budapeste, Hungria (484 km/1 000 km²), Praha, Chéquia (433 km/1 000 km²) e Bremen, Alemanha (389 km/1 000 km²). Hamburgo e Bremen são duas regiões onde extensas linhas de transporte de mercadorias de e para portos marítimos contribuem para uma alta densidade de linhas ferroviárias.

Em contrapartida, 3 regiões gregas tinham a densidade mais baixa com menos de 10 km/1 000 km² (Peloponnisos, Dytiki Makedonia e Tessália). Entre as regiões europeias, 13 não dispunham de rede ferroviária: 5 em França (regiões ultraperiféricas), 5 na Grécia (principalmente regiões insulares) e 3 em Espanha (2 cidades autónomas na costa norte-africana e uma região ultraperiférica).

Pode encontrar [aqui](#) informação estatística mais detalhada publicada pelo Eurostat.

Mortes na estrada na UE diminuem 3 % em 2025

A Comissão Europeia divulgou [dados preliminares sobre o número de vítimas mortais em acidentes de viação em 2025](#), tendo comunicado cerca de 19 400 mortes, o que representa uma diminuição [de 3 % em relação a 2024](#), o que significa que morreram menos 580 pessoas nas estradas europeias. Tendo em conta o aumento do número de veículos nas estradas da UE e dos quilómetros percorridos, trata-se de uma realização significativa. No entanto, os dados preliminares também salientam a necessidade de esforços sustentados a todos os níveis, uma vez que a maioria dos Estados-Membros ainda não está no bom caminho para cumprir o [objetivo da UE de reduzir para metade o número de mortos e feridos graves na estrada até 2030](#).

Os progressos em matéria de segurança rodoviária variam consideravelmente de país para país. Entre 2024 e 2025, registaram-se diminuições notáveis na Estónia (-38 %) e na Grécia (-22 %). Com base nestes dados preliminares e, por vezes, parciais, a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca, a Polónia e a Roménia estão atualmente no bom caminho para cumprir a meta de redução de 50 % das mortes na estrada até 2030. Apesar destes progressos, a Roménia continua a registar uma das mais elevadas taxas de mortalidade na UE, juntamente com a Bulgária e a Croácia. A Suécia e a Dinamarca tinham as estradas mais seguras em 2025, tal como em anos anteriores, com baixas taxas de mortalidade de 20 e 23 mortes por milhão de habitantes, respetivamente.

Por cada morte, estima-se que cinco pessoas estejam gravemente feridas. Isto significa que cerca de 100 000 pessoas em toda a UE sofrem ferimentos graves em acidentes rodoviários todos os anos.

A segurança rodoviária é uma responsabilidade partilhada entre a UE e os Estados-Membros. Embora as autoridades nacionais e locais realizem a maior parte do trabalho quotidiano, a UE contribui com regras de segurança para as infraestruturas e os veículos e para os ensaios de condução e o licenciamento, coordena a cooperação transfronteiriça entre as autoridades e os esforços para o intercâmbio de boas práticas e financia projetos de segurança rodoviária. As recentes iniciativas a nível da UE incluem [requisitos atualizados para as cartas de condução e uma melhor aplicação transfronteiriça das regras de trânsito rodoviário](#), bem como uma [proposta para reforçar a inspeção técnica](#) dos veículos.

Os números agora disponibilizados baseiam-se em dados preliminares para 2025. Os resultados finais serão publicados pela Comissão no Outono.

Pode encontrar mais informações no [comunicado de imprensa online](#).



Proteção Civil

Comissão lança nova estratégia para combater a ameaça crescente de incêndios florestais

À medida que os incêndios florestais são cada vez maiores, mais frequentes e mais destrutivos, a Comissão Europeia apresenta uma nova abordagem integrada para a gestão dos riscos de incêndios florestais. A estratégia abrange a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação. Esta abordagem holística reforçará a resiliência da Europa contra a ameaça crescente de incêndios florestais e assegurará uma maior proteção dos europeus e do ambiente, bem como das suas infraestruturas e do seu património cultural.

Em consonância com a [Estratégia para a União da Preparação](#), a comunicação agora adotada fornece orientações sobre a melhor forma de prevenir, preparar, responder e recuperar dos incêndios florestais, com exemplos e recomendações sobre a forma como as autoridades nacionais e regionais e outras partes interessadas podem aplicar este quadro.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta comunicação da Comissão Europeia.



Tecnologia e Informática

Lei dos Mercados Digitais: Eurodeputados exigem medidas atempadas e resiliência face às pressões externas

Os eurodeputados querem que a Comissão conclua, sem mais demora, os processos por incumprimento em curso ao abrigo da Lei dos Mercados Digitais e assegure a aplicação atempada da referida lei.

A Comissão do Mercado Interno e da Defesa do Consumidor do Parlamento Europeu [aprovou](#) um projeto de resolução que avalia a aplicação da Lei dos Mercados Digitais (DMA) de 2022 e o seu impacto no setor tecnológico, na perspetiva da sua próxima revisão. Os eurodeputados salientam que a revisão deve centrar-se no reforço da eficácia e da aplicabilidade do quadro existente, evitando simultaneamente qualquer reabertura dos objetivos, âmbito e arquitetura fundamentais da DMA. A resolução destaca também a necessidade de dar resposta aos novos desafios colocados pela IA generativa e pelas infraestruturas baseadas na nuvem, a fim de impedir que os «gatekeepers» utilizem estas tecnologias para criar novas formas de «lock-in» no mercado.

A resolução foi aprovada com 33 votos a favor, 2 contra e 11 abstenções.

Regulamento Inteligência Artificial: aplicação adiada, proibidas aplicações de nudez falsa

Os eurodeputados [aprovaram](#) a posição do Parlamento para simplificar regras relativas à inteligência artificial e proibir sistemas que criam falsa nudez através de inteligência artificial, com 569 votos a favor, 45 contra e 23 abstenções.

A Comissão considera, a título preliminar, que o Pornhub, o Stripchat, o XNXX e o XVideos violam o Regulamento dos Serviços Digitais por permitirem que os menores acedam aos seus serviços

A Comissão Europeia considerou, a título preliminar, que o Pornhub, o Stripchat, o XNXX e o XVideos violam o Regulamento dos Serviços Digitais (RSD) por não protegerem os menores de serem expostos a conteúdos pornográficos nos seus serviços.

Pode encontrar mais detalhes desta investigação [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2026](#) e [2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas

pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!